

1 INTRODUÇÃO

Agradeço, ao Mestrando e ao seu Orientador, o convite para participar desta Banca de Defesa de Dissertação, tanto pela relevância da temática quanto pela oportunidade de sua discussão. Sou grata pelo que que aprendi e apreendi na leitura do documento, que me trouxe novas reflexões acerca da responsabilidade da Ciência da Informação e sua correlação com o campo da Biblioteconomia.

2 OBSERVAÇÕES SOBRE O DOCUMENTO

A epígrafe traduz uma homenagem justa e necessária ao grande educador Paulo Freire, neste ano em que se comemora seu centenário. Os elementos prétextuais estão organizados e o Sumário representa bem o conteúdo do documento.

Na **Introdução**, as questões suscitadas no primeiro parágrafo da p.15 são extremamente pertinente e apontam os caminhos que serão percorridos na pesquisa: trata-se *apenas* de uma questão semântica? Ou vai além, adentrando as relações políticas e culturais no processo histórico brasileiro? Nesse sentido, e lamentavelmente, “o acesso à informação nunca foi uma prioridade de Estado”, como reflete o autor a partir de Suaiden (2000).

No início da seção, as questões são pertinentes e provocativas: a biblioteca pública “estaria reproduzindo desigualdade social” ou colaborando para sua redução? E, nesse sentido, “Estaria atuando para superar as fraturas informacionais e culturais de nossa época?”. E sustentam, como mostram, mais adiante, Machado e Suaiden (2015), a validade — e até premência — de abordar a temática.

Na p. 20 o autor compartilha as questões que movem sua pesquisa: “o que vem sendo definido e difundido [...] sob o termo de biblioteca popular? Quais suas concepções em diferentes períodos e contextos históricos? Quais as relações com a sociedade propostas para ela? Quais as influências históricas, culturais e políticas na sua formação e existência?” E esclarece sobre o método que usará para respondê-las, “estudo histórico bibliográfico, de caráter exploratório”, adentrando, em seguida pela Metodologia.

Com essa metodologia, o autor espera que “a rediscussão do conceito popular aposto ao de biblioteca ajude na compreensão dos seus pressupostos norteadores e, conseqüentemente, no

¹ Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de “Mestre em Ciências”. Autor: Wellington Correia de Oliveira. Orientador: Prof. Dr. Edmir Perrotti. Foram suprimidos do texto as indicações para correção de nomenclatura técnica, tais como as relativas a Normas de referências e de Citações. Dissertação aprovada com nota 10 (dez).

² Professora Associada. Departamento de Ciência da Informação. Universidade Federal da Paraíba. <https://orcid.org/0000-0001-7603-1872>

questionamento de suas concepções e políticas permitam avançar entendimentos fundamentais que dificultam o avanço das bibliotecas e da Biblioteconomia no país”. Nesse contexto, “o estudo do corpus levantado será feito, assim, a partir de categorias de análise relacionadas às Bibliotecas Populares, como: “concepções”, “nomenclaturas” e “políticas””.

A Introdução se encerra com a descrição das seções que compõem a dissertação.

A segunda seção do documento trata do Quadro de referência teórico.

Na subseção 2.1 BIBLIOTECAS o texto é profundamente devedor do trabalho de Araújo (2017, especialmente, e 2013, uma longa citação à p. 34, entre outras), embora uma busca na Base de dados em Ciência da Informação (Brapci), tenha revelado outras 33 referências sobre <fundamentos da biblioteconomia>, no período de 1972 a 2021. Há, pois, um expressivo número de autores, com seus respectivos trabalhos, que não foi considerado na produção desse item.

Nessa subseção, o item 2.1.1 Biblioteca e Sociedade, apresenta bem os vínculos historicamente mantidos entre a instituição e o contexto social onde se insere, apoiando-se em diversos autores. Na última linha da p. 36, há que separar a vírgula depois do parêntesis da palavra “reforça”.

A subseção 2.2 POPULAR inicia com um chamamento ao necessário cuidado que se deve ter ao usar o termo “popular”. Embora curta, a subseção se justifica, conforme o autor, pela necessidade de tornar precisos “aspectos que são de interesse à nossa problemática”, com o que concordamos.

A partir das concepções de “cultura”, o autor trata de reunir os termos “cultura” e “popular”, no item 2.2.1. A meu ver, este item discute apropriadamente a questão da denominação “cultura popular”, em referência à pesquisa apresentada na dissertação.

Na p. 54 chegamos à seção 3, BIBLIOTECA POPULAR, que trata do “surgimento dos ideais de bibliotecas populares, em países da Europa, com ramificações nos Estados Unidos, e, mais tarde, em países da América Latina, como o Brasil, onde aportou, no final do século XIX”, iniciando com AS BIBLIOTECAS POPULARES NA EUROPE.

O item 3.1.1 trata das Nomenclaturas, abordando, de início, a distinção entre bibliotecas públicas e populares. Ao final, “percebe-se uma instabilidade do próprio termo, expresso pela sua absorção, por exemplo, pelo termo de biblioteca pública”, num “movimento produzido [...] por disputas no campo social e ideológico que ultrapassam o nível das questões terminológicas, inserindo-as nos patamares conceituais e políticos”. Essa perspectiva foi bem trabalhada pelo autor, ao longo deste item.

O item 3.1.1 trata das Concepções de bibliotecas populares, cuja implementação acompanhou “o processo de alfabetização ao longo do século XIX, na França”, sem embargo do “relacionamento problemático das classes populares com o livro nas bibliotecas francesas do século XIX, por conta das concepções e práticas aí desenvolvidas”. Nesse período histórico, em toda a Europa, “Ler aparece como opção de lazer e evasão” para a classe trabalhadora, embora muitos tenham sido os problemas na implementação de bibliotecas populares, os quais se podem resumir numa “valorização intensa da preservação da coleção em detrimento de sua circulação e leitura”. As questões estão bem abordadas, com recorrência a autores que

favorecem uma visão crítica das iniciativas com vistas a favorecer o acesso popular às bibliotecas, nesse período histórico.

O item 3.2.1 aborda as Políticas para desenvolvimento das bibliotecas populares na Europa, que tiveram como desafios a questão do empréstimo e a formação do acervo, destacando-se a ruptura com o modelo de concentração do acervo, considerando-se, nesse aspecto, a heterogeneidade do público leitor.

A seção 3.2 aborda as BIBLIOTECAS POPULARES NA AMÉRICA LATINA, e aqui “não é possível falar de uma situação homogênea”. Ademais, as características das bibliotecas populares lhes atribuem “um caráter muito especial” enquanto unidades de informação. O autor observa, ao final da seção, que “sob a mesma nomenclatura são desenhados diferentes formatos de bibliotecas e não só entre diferentes países latino-americanos, como também no interior de cada país a nomenclatura pode oscilar, em função de uma série de circunstâncias”.

O item 3.2.2 aborda as Concepções de bibliotecas populares, inicialmente descrita como “uma organização singular”. O autor apresenta essas concepções em vários países da América Latina, numa construção dialógica com autores que abordam a questão na perspectiva crítica.

O item 3.2.3 aborda as Políticas adotadas pelos países latino-americanos para a criação de bibliotecas populares. Esta seção sobre a América Latina traz com riqueza de detalhes a história das bibliotecas públicas em vários países, destacando os aspectos legais e socioculturais.

Na seção 3.3 chegamos às BIBLIOTECAS POPULARES NO BRASIL, iniciando com o item 3.3.1 sobre Nomenclaturas. Na p. 110 o autor apresenta um quadro interessante, com termos correlatos à biblioteca popular.

Nesta seção, o autor também aborda as bibliotecas públicas, em seus aspectos históricos e dinâmica social, bem como “sua correlação ou contraposição com [as] bibliotecas populares, já que existem relações inexoráveis entre os termos”. Destarte, o autor ressalta que embora “bibliotecas comunitárias e populares [sejam] temáticas frequentemente relacionadas e até amalgamadas, são suplantadas pela das bibliotecas públicas na literatura da área”. E percebe, nos estudos bibliométricos sobre a temática, “dificuldade de os pesquisadores utilizarem o termo “biblioteca popular” em seus levantamentos de identificação e quantificação das diferentes modalidades de bibliotecas existentes no terreno social”. No final deste bem construído item, o autor conclui, acertadamente, que a nomenclatura “biblioteca popular” não constitui “apenas uma problemática terminológica, mas sobretudo um embate político entre grupos sociais, em disputa por posições e reconhecimento na sociedade brasileira”.

No item 3.3.2 o autor aborda Concepções de biblioteca popular no Brasil, desde o período colonial. Deve-se à Bahia, em Salvador, o pioneirismo de abertura da “primeira biblioteca de acesso público do Brasil e da América do Sul”, em 1811, que não contava com recursos governamentais. Neste item, o autor demonstra que embora “a biblioteca [seja] tratada como se fosse uma instituição neutra”, as desigualdades regionais e sociais têm restringido um acesso “igual” a esse recurso cultural, especialmente pela população mais pobre.

No item 3.3.3 o autor aborda as Políticas voltadas para a área de cultura, no Brasil, destacando as bibliotecas, desde o final do século XIX, e as iniciativas de educação popular. Neste item,

bem fundamentado, o autor narra com propriedade a história de iniciativas brasileiras no campo da educação (e da biblioteca) popular.

Na seção 4, a BIBLIOTECA POPULAR é abordada como um TERRITÓRIO EM DISPUTA, o autor aborda a problemática tanto da perspectiva do substantivo “biblioteca” quanto na do adjetivo “popular”, enfatizando, contudo, a “reflexão sobre a categoria biblioteca, tomada enquanto tal em sua dimensão histórica e não essencialista”. Conforme o autor, “Trata-se de pensar a Biblioteca não como simples e casual meio, insumo, instrumento, mas como parte constitutiva das ordenações sociais letradas e dos modos como estas se organizaram e se organizam historicamente”. No segundo parágrafo da p. 179, recomendo alterar o início da sentença, para tornar mais compreensível a menção a Almeida Junior; minha sugestão: “Almeida Júnior (2015, p. 137) menciona que, em meados da década de 1950, na América Latina, ...”. Nesta seção, o autor ressalta a contribuição de Perrotti (2017) quando propõe a categoria Biblioteca Forum, “vinculada aos direitos culturais implicados no paradigma da mediação cultural”.

Concordo com o autor quando diz, baseado em Perrotti (2008), que a biblioteca contemporânea deveria ser “ponto de acesso e cruzamento dos diversos públicos e a amplos e diversificados circuitos culturais”, apresentando-se “como instância de inserção de sujeitos nas ricas e intrincadas tramas simbólicas dos tempos atuais”. De modo que o sujeito social que a frequenta venha a ser “parte e principal ator da informação, cultura e educação” (LÓPEZ, 2009, p. 27).

A seção que trata das CONSIDERAÇÕES FINAIS não está numerada, mas vem a ser a seção 5 (também não está numerada no Sumário). Aqui, o autor resume a discussão e proposições ao longo do documento, esclarecendo que sua “intenção não foi prescritiva, fundada em essencialismo que pretende dizer ‘o que é biblioteca popular’”, tendo buscado “defini-la, em oposição à perspectiva que abstrai questões histórico-culturais que, [como demonstrado] estão diretamente implicadas na temática”.

Nesse sentido, conforme o autor, uma definição de “biblioteca popular” centrada apenas no adjetivo, “sem considerar tudo o que está implicado no próprio objeto [biblioteca]”, limita a compreensão e reduz o cerne da discussão. Pois, na junção dos termos “biblioteca” e “popular”, o substantivo acaba “ganhando conotações que implicam todo o campo biblioteconômico, as relações da sociedade com o conhecimento, a cultura, a memória”.

Nesse contexto, o autor aponta “a urgência da discussão da biblioteca e de seus vínculos históricos com a sociedade e os contextos onde [...] se desenvolveu e se desenvolve concretamente”, e onde pode vir a desempenhar “o papel de redução das desigualdades de acesso ao conhecimento e à cultura letrada, em especial”. Para finalizar, ressalta “que reivindicações, não só de acesso à educação e à cultura, mas de direito à participação cultural afirmativa, passa(m) a ganhar voz no espaço público, no Brasil”.

E reafirma seu entendimento de que, “independentemente da vinculação a que está submetida, a “biblioteca forum” é modalidade que, além do acesso, constitui-se segundo premissas que têm no protagonismo cultural sua razão de ser, assim como na constituição de territórios discursivos verdadeiramente participativos”.

3 PARECER

Trata-se de pesquisa relevante e profundamente pertinente ao momento histórico que estamos vivendo, quando a população trabalhadora está sendo chamada a participar da Revolução da Tecnologia Digital, fundamentada no estudo regular e na aquisição de instrumentos tecnoculturais que a capacitem a ocupar seu lugar na Sociedade em rede.

Aprendi sobre a história das bibliotecas e sua inserção no contexto sócioideológico que acompanha o aparelhamento dos dispositivos culturais pela classe social dominante, ao longo do processo histórico que nos trouxe à contemporânea. -

Dono de um texto claro e bem escrito, o autor nos conduz por veredas muitas vezes fascinantes, outras vezes inquietantes, mas sempre na trilha de trazer à luz um novo entendimento para a organização e gestão de bibliotecas abertas a todos os públicos, instando que se tornem *forum* para discussões e reivindicações pertinentes ao desenvolvimento político e cultural do povo brasileiro.